



**Oliveira do Bairro** câmara municipal

## EDITAL

Duarte dos Santos Almeida Novo, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, torno público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que, por meu Despacho n.º 10 – Mandato 2017/2021, de 31 de outubro de 2017, procedi à distribuição dos Pelouros pelos Vereadores e, bem assim, deleguei e subdeleguei competências próprias e que me foram delegadas pela Câmara Municipal através de deliberação daquele órgão datada de 30 de outubro de 2017, nos termos constantes do citado Despacho, o qual se encontra afixado em anexo ao presente Edital e que dele faz parte integrante.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital nos lugares de estilo, no Boletim Municipal e na página da Internet do Município.

Paços do Concelho de Oliveira do Bairro, 7 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara,



Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.



Oliveira do Bairro câmara municipal

## Despacho n.º 10 – Mandato 2017/2021

**Assunto:** Distribuição de funções/pelouros e delegação e subdelegação de competências

Considerando que,

1. A melhoria contínua dos serviços prestados pela Câmara Municipal de Oliveira do Bairro implica um esforço quotidiano de promoção da eficiência e eficácia na sua gestão.
2. Se impõe, assim, o recurso a mecanismos de agilização procedimental e a adoção de fluxos de trabalho que assegurem mais qualidade e maior celeridade na gestão, encurtando a cadeia de decisão e colocando a tónica num princípio de colaboração entre a administração e os particulares.
3. Entre estes ressalta a figura de delegação de competências, que constitui um dos primeiros instrumentos para assegurar essa eficácia e eficiência.
4. A delegação de competências, corolário do princípio da legalidade, permite a desburocratização e celeridade das decisões administrativas, em prol da boa administração e eficiência administrativa;
5. Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do art. 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Presidente da Câmara é coadjuvado pelos vereadores no exercício das suas funções.
6. A desconcentração de funções pelos Senhores Vereadores permite uma gestão mais eficaz das atribuições do Município;
7. Quer o CPA (art. 44.º, 45.º, 46.º e 47.º) quer a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (art. 36.º, n.º 2 do Anexo I), consagram a possibilidade da delegação e subdelegação de poderes, permitindo aos Vereadores praticar atos da competência do Presidente da Câmara ou da Câmara Municipal;

Assim, em face do exposto, determino o seguinte:



Oliveira do Bairro câmara municipal

7

## I- DISTRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES/PELOUROS

Nestes termos e face ao exposto, ficam os Vereadores abaixo melhor identificados incumbidos dos seguintes pelouros:

### **Vereador Jorge Ferreira Pato:**

- Planeamento e Urbanismo;
- Sistemas de Informação Geográfica;
- Obras Particulares;
- Zonas Industriais;
- Taxas e Licenças (designadamente, Publicidade, Mercados e Feiras, Cemitérios, Metrologia, Horário de funcionamento, Ocupação do espaço público, Diversas Atividades);
- Água e Saneamento;
- Ambiente e Higiene Urbana;
- Florestas e Agricultura;
- Espaços Verdes e Parques Municipais;
- Gestão de Comunicações, Energia e Iluminação Pública, Trânsito e Toponímia;
- Mobiliário Urbano;
- Feiras e outros eventos similares;
- Espaço Inovação;
- Transportes [inclui TOB].
- Juventude;
- Desporto;
- Associações Desportivas



Oliveira do Bairro câmara municipal

**Vereadora Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas:**

- Educação e ensino e atividades desportivas dirigidas à população escolar [em articulação com o Presidente da Câmara no que ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Contrato Educação e Formação Municipal publicado do DR, 2.ª Série, n.º 145, de 28 de julho de 2015 diz respeito];
- Atividades desportivas dirigidas à população escolar [em articulação com o Vereador com o Pelouro do Desporto];
- Cultura;
- Ação Social e Habitação;
- Agenda 21 Local;
- Turismo;
- Associações não desportivas

**Os Senhores Vereadores supra mencionados**, ficam autorizados a assinar a Correspondência necessária - **ficando ressalvadas as relações institucionais com os membros do governo e a administração central** - para o bom desempenho das tarefas de que aqui ficam incumbidos, **desde que** não comprometam financeiramente a Câmara, **não podendo por isso tomar decisões que impliquem a assunção de encargos financeiros para o Município**, exceto se estiverem previstos no Plano de Atividades e previamente acordados com o Presidente da Câmara.

**Os Senhores Vereadores** darão ao Presidente da Câmara informação detalhada sobre o desempenho das tarefas **de modo a que o mesmo acompanhe os processos em curso, podendo, quando o entender conveniente, avocar algumas das tarefas distribuídas.**

**O Presidente da Câmara Duarte dos Santos Almeida Novo**, acompanha todas as áreas acima referidas e, especificamente as seguintes:

- Recursos Humanos;
- Área Administrativa, Jurídica e Financeira;



Oliveira do Bairro câmara municipal



- Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Contrato Educação e Formação Municipal publicado do DR, 2.ª Série, n.º 145, de 28 de julho de 2015 [em articulação com a Vereadora do Pelouro da Educação]
- Modernização Administrativa;
- Fundos Europeus;
- Desenvolvimento Económico e Social;
- Proteção Civil;
- Saúde;
- Património;
- Freguesias;
- Obras Municipais;
- Manutenção;
- Equipamento Mecânico e Frota municipal;
- Fiscalização Municipal;
- Fundação Comendador Almeida Roque;
- Associações não desportivas
- Comunicação Social;
- Imagem e Site oficial;
- Relações Públicas e Protocolo;

## II- DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Delego e subdelego nos seguintes Vereadores da Câmara Municipal as minhas competências próprias e as competências que me foram delegadas pela Câmara Municipal através de deliberação datada de 30.10.2017, ao abrigo n.º 2 do artigo 36.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos seguintes termos:





Oliveira do Bairro câmara municipal

### **No Vereador Jorge Ferreira Pato**

#### **1. Em matéria de planeamento urbano:**

- a) Coordenar as ações que visam definir a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo, e definir os instrumentos que a concretizam;
- b) Conduzir processos de revisão, alteração, retificação ou suspensão do Plano Diretor Municipal e elaborar as respetivas propostas, bem como promover e conduzir a elaboração, alteração e retificação dos demais planos municipais de ordenamento do território;
- c) Desenvolver o planeamento da rede viária urbana, dos transportes, da circulação e do estacionamento urbanos;
- d) Assegurar a participação do Município na elaboração dos planos intermunicipais de ordenamento do território e elaborar pareceres, no âmbito das consultas efetuadas, sobre instrumentos de política e de ordenamento do território, de âmbito nacional, regional e intermunicipal;
- e) Elaborar a proposta de medidas cautelares no âmbito do planeamento urbanístico, previstas nos artigos 107.º a 112.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual;
- f) Programar e coordenar a execução dos instrumentos de ordenamento do território, e promover o recurso aos instrumentos de execução dos planos urbanísticos, previstos nos artigos 118.º a 142.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual;
- g) Assegurar a gestão e atualização do cadastro de ocupantes de prédios e terrenos municipais sob a sua gestão;

2. Em matéria de **licenciamento urbanístico e reabilitação urbana** é delegada a competência para coordenar os termos de apreciação e a tramitação de todos procedimentos de controlo prévio urbanístico que tramitam no município de Oliveira do Bairro, bem como a prática de todos os atos da competência do Presidente da Câmara previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, na redação atual, bem como os atos correspondentes previstos nas anteriores redações do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e ainda os atos respeitantes a matérias urbanísticas delegadas pela Câmara Municipal no seu Presidente (Deliberação de 30.10.2017), designadamente os seguintes:



- a) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- b) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- c) Decidir, ao abrigo do n.º 4 do artigo 5.º do RJUE, pedidos de informação prévia nos termos e limites fixados nos artigos 14.º e 16.º do RJUE, e conceder as licenças administrativas, incluindo a aprovação dos respetivos projetos de arquitetura, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º do RJUE, conjugado com a alínea y) do n.º 1 do art.33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, designadamente respeitantes a obras de urbanização, trabalhos de remodelação de terrenos, obras de construção, de reconstrução, de alteração, de ampliação, de conservação e de demolição, previstas no n.º 2 do artigo 4.º do RJUE, incluindo as correspondentes competências previstas em legislação avulsa e em que se remeta para o RJUE;
- d) Exercer todas as competências legalmente previstas relativamente ao procedimento de comunicação prévia, bem como decidir os pedidos de licenciamento [incluindo a aprovação do respetivo projeto de arquitetura] nos casos em que, pese embora a operação possa estar sujeita ao procedimento de comunicação prévia, o requerente opte pelo procedimento de licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º do RJUE;
- e) Emitir parecer prévio sobre as operações urbanísticas nos termos do artigo 7.º;
- f) Conceder a autorização de utilização, nos termos do n.º 3 do art.5.º do RJUE, conjugado com a alínea j) do n.º 2 do art.35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como exercer todas as competências legal e regulamentarmente previstas no âmbito deste procedimento, designadamente determinar a realização de vistoria, nos termos do artigo 64.º e designar a comissão de realização de vistoria prevista no n.º 2 do artigo 65.º;
- g) Certificar a verificação dos requisitos do destaque, para efeitos de registo predial da parcela destacada, nos termos previstos no n.º 9 do artigo 6.º; bem como certificar a promoção das consultas a entidades externas, nos termos do n.º 12 do artigo 13.º;
- h) Emitir os alvarás respeitantes a operações urbanísticas, nos termos do artigo 75.º;
- i) Proceder à liquidação de todas as taxas relacionadas com a atividade urbanística, nos termos dos artigos 116.º e 117.º, bem como decidir pedidos de isenção ou redução das taxas em causa quando tal seja de competência própria ou delegada do presidente da Câmara, bem como autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no n.º 2 do artigo



- 117.º, incluindo todas as competências conferidas ao Presidente da Câmara pelo Regulamento Municipal de Taxas Referentes à Edificação e Urbanização;
- j) Liquidar as compensações urbanísticas previstas nos artigos 44.º e 57.º do RJUE,
  - k) Emitir as certidões, nos termos previstos nos n.os 2 e 3 do artigo 49.º;
  - l) Alterar as condições da licença ou da comunicação prévia de obras de urbanização, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 53.º;
  - m) Celebrar contratos de urbanização com os requerentes que se comprometam a assegurar as infraestruturas necessárias à obra, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º;
  - n) Dirigir a instrução do procedimento, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º, bem como decidir quaisquer questões que possam obstar ao conhecimento de qualquer pedido ou comunicação, proferir despacho de aperfeiçoamento ou de rejeição liminar, bem como determinar a suspensão do procedimento, exercendo todas as competências previstas no artigo 11.º;
  - o) Emitir a declaração prevista no n.º 4 do artigo 17.º, decidir a prorrogação do prazo para entrega dos projetos de especialidade, nos termos do artigo 20.º, n.º 5, conceder a prorrogação de prazo prevista no artigo 53.º, n.º 4, no artigo 58.º, n.º 6 e 76.º, n.º 2, e ainda proceder aos averbamentos legalmente previstos, designadamente os previstos no n.º 7 do artigo 77.º;
  - p) Reforçar e reduzir o montante da caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos nos n.os 4, 5 e 6 do artigo 54.º, bem como proceder à sua correção nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;
  - q) Cassar títulos, nos termos do artigo 79.º, n.º 1, e proceder às comunicações previstas no mesmo artigo 79.º, bem como às demais comunicações e determinações previstas no RJUE, designadamente as referidas nos artigos 84.º e 85.º;
  - r) Autorizar a execução de trabalhos de demolição ou de escavação e contenção periférica, nos termos do artigo 81.º;
  - s) Promover a atualização de documentos nos procedimentos de alteração à licença, nos termos do n.º 6 do artigo 27.º;
  - t) Proceder às notificações, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do artigo 14.º e no n.º 3 do artigo 65.º;
  - u) Fixar as condições e prazo de execução de obras, nos termos dos artigos 57.º e 58.º;





- v) Fixar prazo, por motivo de interesse público devidamente fundamentado, para a execução faseada de obra, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 59.º;
- w) Proceder à certificação para efeitos de constituição de propriedade horizontal prevista no n.º 3 do artigo 66.º;
- x) Declarar as caducidades previstas no artigo 71.º, nos termos do n.º 5 do mesmo artigo;
- y) Anular, revogar, ratificar, reformar e converter os atos de licenciamento de operações urbanísticas ou as autorizações de utilização, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 73.º, quando tenha competência para a prática desse ato;
- z) Publicitar a emissão do alvará de licença de loteamento, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º;
- aa) Proceder à apreensão de alvarás cassados, nos termos do n.º 4 do artigo 79.º;
- bb) Promover a execução de obras, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 84.º;
- cc) Acionar as cauções, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 84.º;
- dd) Emitir, oficiosamente, alvará, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 84.º e n.º 9 do artigo 85.º;
- ee) Fixar prazo para a prestação de caução destinada a garantir a limpeza e reparação de danos causados em infraestruturas públicas, nos termos previstos no artigo 86.º;
- ff) Praticar os atos previstos no artigo 87.º, relativos à receção de obras de urbanização;
- gg) Conceder licenças para efeitos de conclusão de obras inacabadas;
- hh) Prestar a informação, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 110.º e no artigo 120.º e manter atualizada a relação dos instrumentos jurídicos previstos no artigo 119.º;
- ii) Enviar mensalmente os elementos estatísticos para o Instituto Nacional de Estatística, nos termos previstos no artigo 126.º;
- jj) Determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas nos termos do artigo 89.º, e determinar a tomada de posse administrativa e o despejo administrativo, nos termos dos artigos 91.º e 92.º, respetivamente.
- kk) Nomear técnicos para efeitos de vistoria prévia, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 90.º;
- ll) Exercer a competência fiscalizadora, designadamente a prevista no artigo 94.º, n.º 1, solicitar a colaboração de outras entidades para o efeito, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo,



Oliveira do Bairro câmara municipal

requerer o mandado previsto no artigo 95.º, n.º 3, determinar a realização de vistorias, nos termos do artigo 96.º, n.º 1 e contratar com empresas privadas para efeitos de fiscalização, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 94.º;

- mm) Inviabilizar a execução das operações urbanísticas objeto de comunicação prévia e promover as medidas necessárias à reposição da legalidade urbanística, nos termos do n.º 8 do artigo 35.º;
- nn) Proceder à definição prevista no n.º 3 do artigo 44.º;
- oo) Determinar as medidas de legalidade urbanística, nos termos do artigo 102.º, o embargo, nos termos do artigo 102.º-B, a realização de trabalhos de correção ou alteração, nos termos do artigo 105.º, ordenar a demolição total ou parcial da obra ou a reposição do terreno nas condições em que se encontrava antes da data de início das obras ou trabalhos, nos termos do artigo 106.º, determinando, se for o caso a demolição ou reposição da obra por conta do infrator;
- pp) Promover a notificação dos interessados para a legalização das operações urbanísticas realizadas ilegalmente, fixando um prazo para o efeito, bem como solicitar a entrega de elementos, nos termos do artigo 102.º-A;
- qq) Proceder oficiosamente à legalização, exigindo o pagamento das taxas fixadas, nos termos do n.º 8 do artigo 102.º-A;
- rr) Determinar a posse administrativa de imóvel, nos termos do artigo 107.º, autorizar a transferência ou a retirada dos equipamentos do local de realização da obra, nos termos do artigo 107.º, n.º 5, bem como decidir a cessação de utilização, nos termos do artigo 109.º;
- ss) Fixar o dia semanal para que os Serviços Municipais competentes estejam especificadamente à disposição dos cidadãos para a apresentação de eventuais pedidos de esclarecimento ou de informação ou reclamações, nos termos do n.º 5 do artigo 110.º.
- tt) Proceder às comunicações à Conservatória do Registo Predial e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional;

3. Ainda em matéria urbanística são delegadas as seguintes competências:

- a) Ordenar a execução de obras de reparação e fixar as condições gerais e especiais de salubridade, segurança e estética das edificações previstas no Regulamento Geral das



Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, na sua redação atual;

- b) Exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 11//2003, de 18 de janeiro, em matéria de instalação e funcionamento das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e seus acessórios;
- c) Emitir as licenças de ocupação de via pública, quando conexas com os pedidos de permissão para a realização de operações urbanísticas;
- d) Quanto à Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal, exercer todas as competências conferidas ou delegadas no Presidente da Câmara, designadamente as previstas nos artigos 1.º, 3.º, 9.º, 17.º-A, 19.º a 26.º, 28.º, 29.º, 31.º e 35.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua redação atual;
- e) Sem prejuízo do disposto na alínea c) do número anterior, exercer todas as competências legalmente conferidas e delegadas no Presidente da Câmara em matéria de empreendimentos turísticos, previstas no Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, na redação atual;
- f) Exercer as competências, incluindo decisão final, no âmbito dos processos de autorização previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º e no artigo 6.º do regime de acesso e de exercício de diversas atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro;
- g) Exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, conferidas ou delegadas no Presidente da Câmara através da Deliberação de 30.10.2017 designadamente fixar a capacidade máxima de utilização e de acolhimento de eventual público nas instalações desportivas, nos termos do artigo 13.º, bem como efetuar e manter atualizado o registo de instalações desportivas disponíveis no concelho;
- h) Determinar o estado de conservação dos edifícios, designadamente para efeitos do regime de arrendamento urbano;
- i) Declarar prédio ou fração autónoma devolutos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto;
- j) Em matéria de acessibilidades, exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, designadamente a definição do regime de exceção a que diz respeito o artigo 10.º;
- k) Exercer as competências conferidas por lei ou subdelegadas em matéria de postos de





Oliveira do Bairro câmara municipal

abastecimento e armazenamento de combustíveis, designadamente aquelas previstas no Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na sua redação atual;

4. Em matéria de reabilitação urbana, a presente delegação inclui as seguintes competências:
  - a) Exercer todas as competências previstas ou a conferir ao Presidente da Câmara pelo Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, constante do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação atual, designadamente aquelas no âmbito dos procedimentos de controlo prévio previstos no RJUE, bem como as respeitantes à imposição da obrigação de reabilitar ou de demolir edifícios e executar coercivamente estas obras, ao abrigo dos artigos 55.º e 57.º do citado Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
  - b) Planear e promover as ações que visam a conservação, manutenção e valorização do património edificado;
5. Relativamente às **Zonas Industriais**:
  - a) A autorização para negociar a aquisição de terrenos para alargamento ou criação de Zonas Industriais;
  - b) A autorização para negociar a venda de Lotes das Zonas Industriais.
6. Relativamente a **Taxas e Licenças**:
  - 6.1. Exercer as competências próprias do Presidente da Câmara previstas no Sistema da Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, à exceção das sancionatórias.
  - 6.2. Quanto à atividade e ao mercado dos transportes em táxi, emitir licenças e transferências de propriedade e respetivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos (nomeadamente no âmbito do Decreto-Lei n.º 251/98, de 11 de agosto, com as devidas atualizações), bem como praticar os demais atos conferidos por lei ao Presidente da Câmara no âmbito deste diploma;
  - 6.3. Relativamente ao **licenciamento de recintos de espetáculos e divertimentos públicos**, exercer as seguintes competências previstas no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, pelo decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril e Decreto-Lei n.º 204/2012, de 29 de agosto:





- a) Designar os técnicos para a realização da vistoria, bem como convocar as entidades externas à Câmara, nos termos do artigo 11.º;
  - b) Averbar elementos ao alvará de licença de utilização, nos termos do artigo 13.º, n.º2;
- 6.4. Em matéria de **prevenção e controlo de poluição sonora**, são delegadas as competências previstas no Regulamento Geral do Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na sua redação atual) e conferidas por lei ao Presidente da Câmara, ou delegadas neste pela Câmara Municipal de Lisboa através da Deliberação de 30.10.2017, designadamente as seguintes:
- a) Tomar as medidas adequadas para o controlo e minimização dos incómodos causados pelo ruído resultante de quaisquer atividades, incluindo as que ocorram sob a sua responsabilidade ou orientação, nos termos do artigo 4.º;
  - b) Preparar mapas de ruído, nos termos do artigo 7.º, elaborar relatórios sobre dados acústicos, nos termos do mesmo artigo, bem como elaborar planos municipais de redução do ruído, nos termos do artigo 8.º, desenvolvendo as atividades necessárias para dar cumprimento ao artigo 9.º;
  - c) Participar na elaboração das cartas de ruído e dos demais documentos sobre o ruído, no âmbito dos instrumentos de planeamento do território;
  - d) Remeter informação relevante em matéria de ruído, nos termos do artigo 5.º, n.º 2;
  - e) Preparar o relatório sobre o estado do ambiente acústico municipal, nos termos do artigo 10.º;
  - f) Emitir licenças especiais de ruído, nos termos do Regulamento Geral do Ruído e do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, na redação do Decreto-Lei n.º 156/2004, de 30 de junho, sem prejuízo da transferência de competências para as freguesias, nos termos da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
  - g) Fiscalizar o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído e decidir medidas para evitar a produção de danos para a saúde humana e para o bem-estar das populações, nos termos dos artigos 26.º e 27.º;
  - h) Assegurar a disponibilidade para consulta dos mapas de ruído e dos planos de ação, bem como garantir a efetiva disponibilidade para consulta pública em sede da sua elaboração, estendendo o período de consulta pública se necessário, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.



Oliveira do Bairro câmara municipal



7. Relativamente às competências previstas no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro [artigo 5.º], no Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, bem como as previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua redação atual, e Regulamento sobre o Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas do Município de Oliveira do Bairro:
  - i. Atribuir a licença e exercer as demais competências relativamente aos guardas-noturnos, designadamente as previstas no artigo 4.º relativas à criação e extinção do serviço de guarda-noturno e à fixação e modificação das áreas de atuação de cada guarda;
  - ii. Decidir os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática de campismo e caravanismo, nos termos do artigo 18.º;
  - iii. Licenciar fogueiras por ocasiões específicas, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º.
8. Relativamente às competências previstas em **Regulamentos Municipais** (à exceção das referentes à fiscalização e contraordenações), exercer as competências próprias do Presidente, ou cometidas à Câmara e delegadas no seu Presidente (através da deliberação da câmara municipal de 30.10.2017), previstas no:
  - a) Regulamento de Publicidade do Município de Oliveira do Bairro;
  - b) Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de serviços do Município de Oliveira do Bairro;
  - c) Regulamento sobre o Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas do Município de Oliveira do Bairro;
  - d) Regulamento de Ocupação do Espaço Público do Município de Oliveira do Bairro;
  - e) Regulamento de Cemitérios do Município de Oliveira do Bairro;
  - f) Regulamento Municipal de Uso do Fogo;
  - g) Regulamento Municipal de Limpeza Pública de Oliveira do Bairro;
9. Assegurar a verificação dos instrumentos de medição utilizados nos domínios das transações comerciais e das prestações de serviços no Município de Oliveira do Bairro [metrologia].
10. Em matéria de **gestão cemiterial**: conceder terrenos nos cemitérios propriedade do Município, para jazigos, mausoléus e sepulturas; praticar todas as competências conferidas ao Presidente da Câmara pelo Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de dezembro, na sua redação atual,



Oliveira do Bairro câmara municipal

bem como no Regulamento de Cemitérios Municipais de Oliveira do Bairro, e ainda declarar prescritos a favor do Município, nos termos e prazos fixados na lei geral e após publicação de avisos, os jazigos, os mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura.

11. São ainda delegadas as seguintes competências:

- 11.1. Praticar todos os atos legalmente conferidos ao Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril (licenciamento zero);
- 11.2. Administrar o domínio público municipal, no âmbito das competências dos serviços cuja competência é delegada, designadamente no que respeita à emissão de permissões para a ocupação do espaço público;
- 11.3. Exercer as competências conferidas pela Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, ao Presidente da Câmara, bem como as demais a este cometidas ou delegadas, previstas na lei em regulamentos municipais, referentes à publicidade na via pública;

12. Em matéria de **higiene urbana**, as seguintes competências:

- a) Exercer, **quanto à gestão de resíduos**, as competências conferidas ao Presidente da Câmara pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, bem como as competências em matéria de resíduos sólidos previstas no Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do concelho de Oliveira do Bairro;
- b) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;
- c) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;

13. Exercer as competências legalmente conferidas ao Presidente da Câmara no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, bem como as competências delegadas neste através da Deliberação de 30.10.2017 designadamente assegurar as ações e atividades necessárias ao planeamento municipal, à defesa de pessoas e bens, à defesa dos espaços florestais do Município de Oliveira do Bairro, à vigilância, deteção e combate a incêndios;





Oliveira do Bairro câmara municipal



14. Estabelecer a denominação das ruas e praças das localidades e das povoações, após parecer da correspondente junta de freguesia;
15. Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;
16. Realizar vistorias e executar a atividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos no que diz respeito à inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, no âmbito do Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro.
17. A autorização de termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obras;
18. Promover a realização de feiras e outros eventos similares;
19. Em matéria de **Juventude e Desporto**:
  - a) Elaborar e propor as políticas municipais de juventude;
  - b) Propor e executar a política municipal de desenvolvimento desportivo do município de Oliveira do Bairro;
  - c) Planear, desenvolver e divulgar as atividades de natureza desportiva;
  - d) Acompanhar as atividades desportivas dirigidas à população escolar [em articulação com a Vereadora com o Pelouro da Educação];
  - e) Elaborar e acompanhar a execução da Carta Desportiva;
  - f) Assegurar a coordenação e a gestão dos espaços desportivos municipais, sem prejuízo dos protocolos celebrados com entidades terceiras e das competências cometidas a outras entidades;
  - g) Promover a negociação de protocolos e contratos-programa de desenvolvimento desportivo;
  - h) Exercer as competências cometidas ao Presidente da Câmara no âmbito dos Conselhos Municipais respeitantes às matérias delegadas, designadamente no Conselho Municipal da Juventude.





Oliveira do Bairro câmara municipal

- i) Exercer as demais competências instrumentais à promoção da juventude e do desporto, nos termos da lei.

### **Na Vereadora Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas**

1. No âmbito da **educação, ensino e atividades desportivas dirigidas à população escolar**, a presente delegação abrange, em especial, as seguintes competências:
  - a) Elaborar e propor as políticas municipais de educação;
  - b) Gerir o Parque Escolar, bem como promover e coordenar a revisão e implementação da Carta Educativa;
  - c) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares [em articulação com o Vereador do pelouro dos transportes];
  - d) Definir, com a participação do Vereador com o Pelouro do Planeamento, o modelo e sistema de transportes escolares e promover a sua concretização e gestão;
  - e) Programar, em articulação com os restantes vereadores, a realização de obras de construção e conservação de estabelecimentos do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;
  - f) Exercer as competências cometidas ao Presidente da Câmara no âmbito do Conselho Municipal de Educação;
  - g) Exercer as demais competências instrumentais à promoção da educação, nos termos da Lei;
2. Em matéria de **promoção da cultura**, são delegadas as seguintes competências:
  - a) Propor e executar a política cultural do Município;
  - b) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades culturais, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas;
  - c) Assegurar e coordenar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património cultural do Município, promovendo a publicação de documentos, anuais ou boletins que interessem à história do Município;
  - d) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a atividade cultural de interesse municipal;



Oliveira do Bairro câmara municipal



- e) Assegurar o acompanhamento e a promoção dos Museus do Município;
  - f) Assegurar o cumprimento das demais competências cometidas à Unidade Orgânica responsável por esta matéria.
3. Em matéria de **ação social e habitação**, abrange, em especial, a competência para:
- a) Elaborar e propor as políticas de ação social do Município de Oliveira do Bairro;
  - b) Participar na elaboração da política de apoio e comparticipação à Ação Social Escolar;
  - c) Contribuir para a definição das políticas municipais de educação para os direitos sociais;
  - d) Promover o desenvolvimento de projetos e iniciativas de ação social intergeracional, promoção da igualdade, da cidadania e da saúde;
  - e) Assegurar uma abordagem integrada na intervenção municipal dirigida às pessoas, grupos e comunidades em situação de pobreza, exclusão social e desigualdade no acesso aos direitos, bem como para a salvaguarda da diversidade cultural da cidade e da igualdade de oportunidades para mulheres e homens;
  - f) Acordar o estabelecimento de parcerias com a Administração Pública, associações e outras pessoas coletivas sem fins lucrativos, a fim de serem asseguradas a prestação de serviços, bem como as ações de apoio psicossocial aos cidadãos, grupos e comunidades com necessidades sociais identificadas, e ainda as ações de prevenção sustentadas em conhecimento objetivo;
  - g) Elaborar e propor os instrumentos normativos ou protocolos que regulem a intervenção social referida na alínea anterior;
  - h) Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
  - i) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
  - j) Elaborar e propor os instrumentos normativos ou protocolos que regulem a intervenção social referida na alínea anterior;
  - k) Presidir ao **Conselho Local de Ação Social** de Oliveira do Bairro;
  - l) Elaborar e propor a política de habitação no Município de Oliveira do Bairro;



Oliveira do Bairro câmara municipal



- m) Assegurar o cumprimento das demais competências cometidas à Unidade Orgânica responsável por esta matéria.

**III-** Do exposto, resulta ficar na **dependência direta do Presidente da Câmara Duarte dos Santos Almeida Novo, todas as competências aqui não delegadas** e ou subdelegadas e designadamente as seguintes matérias:

1. Todos os assuntos relacionados com as relações institucionais nacionais e internacionais;
2. A gestão e contratação de recursos humanos, que lhe esteja legalmente cometida;
3. A gestão de todos os assuntos referentes aos serviços administrativos, jurídicos e financeiros aqui não delegados e ou subdelegados nos senhores vereadores;
4. A gestão de todos os assuntos referentes a Fundos Europeus;
5. A gestão de todos os assuntos referentes ao desenvolvimento económico e social aqui não delegados e ou subdelegados nos senhores vereadores;
6. A gestão do património municipal;
7. O relacionamento institucional com as Freguesias e Assembleia Municipal;
8. Todos os assuntos relacionados com a Comunicação Social, Imagem, Site Oficial e Protocolo.

**IV-** Delego nos diversos Vereadores com Pelouro atribuído as seguintes competências, a exercer de acordo com as áreas e serviços atrás delegados, com respeito pelas competências reservadas pelo Presidente da Câmara ou atribuídas aos demais Vereadores:

1. Em matéria de **apresentação de propostas em reunião de Câmara e execução das suas deliberações, representação do Município e publicação de atos:**
  - a) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, praticando os atos necessários para o efeito;
  - b) Executar as Opções do Plano e o Orçamento aprovados;
  - c) Apresentar propostas à Câmara Municipal no âmbito das matérias delegadas ou





Oliveira do Bairro câmara municipal

subdelegadas, designadamente no âmbito da decisão de recursos hierárquicos;

- d) Assinar ou visar a correspondência com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, com exceção da correspondência direta com o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Presidentes dos Supremos Tribunais e do Tribunal Constitucional, Primeiro-Ministro e membros do Governo, Procurador-Geral da República e com Presidentes de outras Câmaras Municipais;
- e) Estabelecer o relacionamento com entidades públicas e privadas e emitir pareceres, no âmbito das áreas ora delegadas;
- f) Promover a publicação no «Diário da República», no *Boletim Municipal*, ou em Edital das decisões destinadas a ter eficácia externa previstas no artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2. Em matéria de **contratação pública e conexa**:

- a) Autorizar a realização de despesas até ao limite de 5.000,00€ (cinco mil euros), nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por via do artigo 14.º, n.º 1, alínea f) do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, incluindo no âmbito da celebração de contratos públicos, ao abrigo dos n.os 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual;
- b) Aprovar projetos, programas de concurso, caderno de encargos e adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, nos termos da lei, cuja autorização de despesa lhe caiba nos termos da presente delegação;
- c) Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, exercer, no âmbito da formação dos contratos públicos, as competências instrumentais à condução do respetivo procedimento;
- d) Autorizar a realização de despesas orçamentadas, nos termos legais e até ao limite fixado na alínea a), nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- e) Visar e apor o visto na fatura.

3. Relativamente a **matérias não referidas nos pontos anteriores**:

- a) Proceder à determinação da respetiva execução dos atos previstos na presente delegação, se aplicável, nos termos dos artigos 175.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo;





Oliveira do Bairro câmara municipal



- b) Assegurar a direção dos procedimentos administrativos, nos termos do artigo 55.º do Código do Procedimento Administrativo;
- c) Modificar ou revogar os atos praticados por funcionários ou agentes afetos aos respetivos Serviços;
- d) Praticar os atos instrumentais ao exercício das competências delegadas e subdelegadas, designadamente decidir sobre o saneamento e apreciação liminar, a suspensão do procedimento, a prorrogação de prazos para a prática de atos ou entrega de elementos, a promoção da consulta às entidades que, nos termos da lei, se devam pronunciar, a promoção da realização de audiências prévias, a determinação da realização de vistorias, a cassação e apreensão de alvarás e a extinção de procedimentos, bem como o arquivamento de processos;
- e) Conceder licenças policiais ou fiscais de harmonia com o disposto nas leis, regulamentos e posturas no âmbito das áreas ora delegadas;
- f) Proceder aos registos que se mostrem necessários no âmbito das respetivas áreas;
- g) Liquidar as taxas e outras receitas, no âmbito da respectiva orgânica;
- h) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais.
- i) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental na sua área de intervenção necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante.
- j) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos.
- k) Emitir alvarás exigidos por lei, na sequência de decisão ou deliberação que confirmem esse direito.

#### **V- AUTORIZAÇÃO PARA SUBDELEGAR:**

Nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, e do artigo 38.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizo os vereadores a subdelegar as competências objeto do presente despacho nos respetivos dirigentes dos Serviços.



Oliveira do Bairro câmara municipal

## VI- RATIFICAÇÃO:

Nos termos do artigo 164.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os atos entretanto praticados pelos Vereadores no âmbito das matérias cujas competências agora são delegadas e subdelegadas.

Deve o presente despacho estar presente na próxima reunião de Câmara para conhecimento de todos os senhores Vereadores.

Proceda-se à divulgação pública do presente despacho, através da afixação de editais nos lugares de estilo, publicação no Boletim Municipal, e dê-se conhecimento da mesma a todos os serviços municipais.

Paços do Concelho de Oliveira do Bairro, aos 31 dias de outubro de 2017

O Presidente da Câmara

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.